

N. 2 AGO 2017

Retratos
- A REVISTA DO IBGE

Futebol é paixão nacional

Esporte mais praticado no país
é sinônimo de lazer e diversão

A TRADIÇÃO DOS POVOS
QUILOMBOLAS VAI GANHAR
VISIBILIDADE NO RETRATO DO PAÍS

SUSTENTABILIDADE DAS CIDADES
GARANTE QUALIDADE DE VIDA DA
POPULAÇÃO E DO MEIO AMBIENTE

NOVO PRESIDENTE DO
IBGE FALA DO CENSO
AGROPECUÁRIO E DA POF

Você foi procurado pelo IBGE?

Se você está participando de alguma pesquisa do IBGE e quer tirar dúvidas, digite:

respondendo.ibge.gov.br

O Respondendo

é o lugar certo para esclarecer as dúvidas e conhecer mais sobre as pesquisas.



O IBGE trabalha o tempo todo pesquisando em domicílios, empresas e estabelecimentos.

Receba bem o entrevistador do IBGE para construirmos juntos o conhecimento sobre o Brasil.

 **RESPONDENDO**
AO IBGE



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br

0800-721-8181

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

 **BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

HÁ MUITO PARA SE CONHECER SOBRE O BRASIL: nossa terra, nossa gente, nossa diversidade. Tudo isso ajuda a compor um quadro ao mesmo tempo rico e complexo, que se torna ainda mais interessante quando pode ser visto à luz das informações estatísticas e geocientíficas. É o que acontece quando, por exemplo, pensamos sobre algo tão cotidiano como o futebol, associando dados estatísticos sobre o esporte à experiência de quem se diverte batendo uma bola. O mesmo ocorre quando podemos ver números sobre sustentabilidade espacializados em mapas que mostram o quanto nossas cidades ainda não garantem qualidade de vida para seus habitantes.

Mais relevante ainda é a possibilidade de incluir na fotografia do país quem ainda não está devidamente enquadrado. É o caso dos povos remanescentes de quilombolas, reconhecidos na Constituição de 1988 como portadores de direitos territoriais coletivos.

Assuntos como esses, além da realização de pesquisas fundamentais para o Brasil como o Censo Agropecuário e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), são os desafios que a nova direção do IBGE tem pela frente.

Esses são os temas que a segunda edição da Retratos traz para seus leitores.

Equipe da redação

expediente

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Avenida Franklin Roosevelt, 166 sala 900 A - Centro - Rio de Janeiro - RJ 20021-120



Presidente

Roberto Olinto Ramos

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

Diretoria de Pesquisas

Cláudio Crespo (em exercício)

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

José Sant' Anna Bevilaqua

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Coordenação de Comunicação Social

Diana Paula de Souza (em exercício)

Editor

Marcelo Benedicto

Editora assistente

Marília Loschi

Editora de arte

Simone Mello

Projeto Gráfico

Helga Szpiz

Simone Mello

Reportagem

Diana Paula de Souza

Marcelo Benedicto

Marília Loschi

Mônica Marli

Editoração eletrônica

Helga Szpiz

Simone Mello

Fotografia

Licia Rubinstein

Marta Azevedo

Tratamento de imagens

Licia Rubinstein

Produção

Helena Pontes

Logística de distribuição

Helena Pontes

Helga Szpiz

Colaboradores

Rodrigo Bassalo (estagiário)

Revisão de textos

Licia Rubinstein

Marília Loschi

Pedro Renaux

Impressão

COAN Indústria Gráfica Ltda.

Tiragem

20.000 exemplares

Retratos a Revista do IBGE

é uma publicação mensal do Instituto para distribuição interna e externa. A publicação não é comercializada. Todos os direitos são reservados.

Permitida a reprodução das matérias e das ilustrações desta edição, desde que citada a fonte.

Críticas e sugestões:

revistaretratos@ibge.gov.br

5 #ibge/publicações

26 o ibge de Flávia Oliveira



6 nova gestão

Roberto Olinto assume a presidência do IBGE em momento de grandes pesquisas em campo



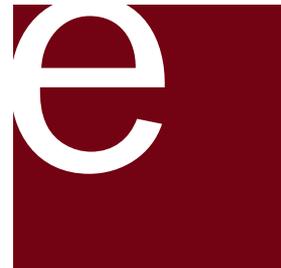
8 bola na rede

Futebol é o esporte preferido no lazer do brasileiro



14 uma cidade para todos

A cidade que queremos não existe sem sustentabilidade



18 território e tradição

O Censo Demográfico 2020 vai pesquisar as comunidades quilombolas do país

#ibge

De maio a junho, o IBGE foi citado

38.068 vezes na internet

12.005 publicações em

portais da Internet

12.074 citações no Twitter

8.582 citações no Facebook

3.083 citações em blogs

626 citações no Youtube

1.464 citações no Instagram

**Notícia mais lida
na Agência IBGE Notícias
(2.445 acessos)**

Desemprego atinge 14 milhões
de pessoas em abril

Siga o IBGE nas redes sociais

 @ibgecomunica  /ibgeoficial

 @ibgeoficial  /ibgeoficial

Posts de destaque nas redes sociais em maio/junho



 Divulgação do PIB



 Dia da toalha



 Bioma Go Cerrado



 IBGE lança Agência de Notícias

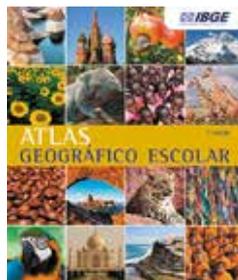
publicações

Visite nossa loja virtual: <http://loja.ibge.gov.br/>



Anuário Estatístico do Brasil 2016

O Anuário Estatístico do Brasil apresenta uma visão geral do País, em seus aspectos territoriais, ambientais, demográficos e socioeconômicos. As informações utilizadas são produzidas pelo IBGE e pelas entidades que integram o Sistema Estatístico Nacional. O presente volume traz resultados de diversas pesquisas realizadas pelo IBGE, informações do Cadastro Central de Empresas, índices mensais de vendas no varejo e os principais agregados macroeconômicos do Sistema de Contas Nacionais, entre outros.



Atlas geográfico escolar - 7ª edição

O IBGE traz para você a nova edição do Atlas Geográfico Escolar revista e atualizada, com informações geográficas, estatísticas e cartográficas sobre o Brasil e outros países. Fotos, ilustrações, imagens de satélite, textos descritivos e analíticos, mapas físicos, políticos e temáticos do Brasil e do mundo também fazem parte da publicação e ajudam na compreensão da nossa realidade e de outras que compõem o cenário sociopolítico e econômico mundial.



nova gestão

texto Diana Paula de Souza foto Licia Rubinstein

O Sistema Nacional de Informações Oficiais é um projeto do IBGE que pretende reunir e disponibilizar informações estatísticas e geocientíficas produzidas pelos diversos órgãos e instituições públicas do país. O objetivo também é incluir no sistema os registros administrativos, que são dados coletados por diversos órgãos públicos que podem ser tratados para passarem a ter fins estatísticos.

Leia a íntegra da entrevista na Agência IBGE Notícias (agenciadenoticias.ibge.gov.br).



CENSO AGROPECUÁRIO, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), integração de registros administrativos e criação de um Sistema Nacional de Informações Oficiais. São esses os principais desafios que o novo presidente do IBGE, Roberto Olinto Ramos, vai enfrentar em sua gestão. Carioca de Copacabana, morador da Lagoa, Roberto, aos 64 anos, é casado, tem três filhos, uma neta e duas enteadas. No IBGE desde 1980, assumiu a Diretoria de Pesquisas em agosto de 2014.

Revista Retratos O senhor esperava ser indicado à presidência do IBGE?

Roberto Olinto Ramos Eu nunca pedi cargo no IBGE. Não acho a ascensão uma necessidade. Eu nunca pensei muito em ser presidente do IBGE, pois sempre trabalhei na área técnica. Agora, nesse final, quando o Paulo [Rabello de Castro, ex-presidente do IBGE] foi para o BNDES, a possibilidade de ser indicado era clara. Mas eu não tive muito tempo de pensar. Eu tive um dia. Foi muito rápido. E na Diretoria de Pesquisas ainda tem muita coisa para fazer, apesar de que quem ficou lá é ótimo [o cientista social Claudio Crespo].

Retratos Quais os desafios que o senhor terá que enfrentar?

Roberto Alguns desafios são muito claros. Temos duas grandes operações: a POF e o Censo Agropecuário, com condições de orçamento restritas. Nós temos um cronograma apertado, pouco dinheiro. Apesar de ter havido redução do questionário do Censo, isso não quer dizer que tenhamos resolvido todos os problemas. Mas

eu acho que o grande desafio do IBGE é aproveitar esse momento para dar um salto de modernização. Não no sentido de passar do velho para o novo, mas de se adaptar ao que hoje os institutos de estatística do mundo inteiro estão trabalhando, que é usar os registros administrativos na produção de informação.

Retratos O que isso significa?

Roberto Significa integrar os diferentes produtores de informação. Há órgãos no governo que produzem informação e essa informação, em alguns casos, é duplicada, ou não é usada, ou não está disponível. Então, tem todo um processo de modernização do sistema de informação. No Brasil, pretendemos chamar os produtores para discutir um projeto de Sistema Nacional de Informações, do qual o IBGE seria o coordenador.

Retratos O senhor pode exemplificar?

Roberto O meu exemplo típico, obsessivo, são as informações fiscais do país. A gente [o IBGE e a Receita Federal] pergunta numa empresa duas vezes a mesma coisa. Tem que liberar também, por exemplo, as questões de registro civil. Tem que começar a pensar na integração das questões ambientais. Nós temos que desenvolver informações que nos permitam ir mais detalhadamente nas questões de estados e municípios. Quer dizer, você pode ter alguns produtores de informação, mas seus dados não são integrados numa rede. A ideia é que essa informação seja pública, transparente, numa rede onde você possa ter as pessoas sendo orientadas na busca dessa informação.



bola na

b



rede

Futebol de várzea, pelada, baba, racha, rachão. Os nomes podem ser diferentes em cada pedaço do Brasil, mas bater uma bolinha é mesmo uma paixão nacional. Os dados do suplemento de esporte da PNAD 2015, divulgado pelo IBGE em maio deste ano, mostraram que o futebol foi a principal modalidade esportiva praticada no Brasil, com 15,3 milhões de adeptos.

texto Marcelo Benedicto e Mônica Marli fotos Licia Rubinstein



Arquivo da equipe

claro que o fato do nosso país ter um futebol profissional consagrado, com times que arrebatam torcidas e revelam jogadores é uma influência positiva, mas a maioria dessa galera que gosta de correr atrás da bola não tem nenhuma pretensão profissional com o esporte. Para eles, tão bom quanto marcar um gol é juntar velhos amigos, fazer novas amizades e se divertir muito.

“Temos crianças crescendo sem relação afetiva com a prática do futebol, pois só veem os jogos pela televisão. Muitos professores dizem que elas têm dificuldade de entender a realidade do jogo, pois a vivência é muito maior como torcedoras do que como jogadoras” (Leandro Vasquez)

Essa é a relação que o analista de sistemas Leandro Fantoni tem com o futebol. Mesmo quando dá aquela “esticada” na sexta-feira à noite, sua manhã de sábado está reservada para o futebol com os amigos, às oito em ponto, num campo alugado no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. “Jogo desde criança. Sempre procuro saber onde vai ter um jogo”, conta Leandro.

Mas, em Manaus, no Amazonas, essa brincadeira de bater bola é coisa séria, quase profissional. É o que demonstra o Campeonato de Peladas do Amazonas, conhecido como “Peladão de Manaus”, torneio anual que, em 2016, reuniu quase mil times.

“Hoje o Peladão é tão importante quanto o campeonato principal do Amazonas. Tem jogadores amadores que ganham salários maiores que o dos profissionais. Tem time que faz investimento anual de

quase 300 mil reais, como os que são vinculados a empresas. Inclusive, tem empresas que contratam profissionais que são bons de bola para poderem ter um time forte no Peladão”, explica Kid Mahall, membro da coordenação do campeonato.

Os times masculinos que participam do campeonato são divididos em categorias: peladinho (de 12 a 14 anos), peladão (de 15 a 34 anos) e master (acima de 35 anos). Há também uma categoria só para mulheres e uma modalidade indígena, com times masculinos e femininos.

São pelo menos três meses em que a cidade se movimenta em torno das peladas, o que, segundo Kid Mahall, tem impacto na economia local, como na venda de produtos esportivos, comida e bebida. As cidades do interior também fazem sua versão do Peladão e enviam times para competir em Manaus.



MULHERES EM CAMPO

Um aspecto importante é que no Campeonato de Peladas de Manaus há espaço para a participação das mulheres: uma modalidade exclusiva e outra na categoria dos indígenas. De acordo com Kid Mahall, 80 times femininos marcaram presença no último evento. Pode parecer pouco em um universo de quase mil equipes, mas as jogadoras mostraram um excelente futebol, garante Mahall.

Segundo o suplemento Práticas de Esporte e Atividade Física, da Pnad 2015, o futebol foi a principal modalidade esportiva praticada no Brasil, com 15,3 milhões de pessoas. Porém, a pesquisa mostrou que bater bola é uma atividade mais praticada pelos homens (94,5%) do que pelas mulheres (5,5%).

No entanto, elas aos poucos vão se organizando para inserir o futebol na rotina. É o caso da jornalista Jocasta Pimentel, de

Fortaleza, no Ceará: “Decidi jogar porque estava precisando praticar alguma atividade, mas não gosto de ir para a academia. Na época do colégio cheguei a fazer escolinha de futsal. Então, por necessidade de saúde, resolvi reunir uma galera para jogar”.

A tarefa não foi fácil. Jocasta teve dificuldade de encontrar nas mídias sociais um grupo de

meninas de Fortaleza que jogasse com frequência. Então, criou um grupo no Facebook e conseguiu reunir mulheres interessadas em levar o futebol a sério. “Hoje temos 15 meninas que realmente frequentam os rachas que acontecem sempre às quartas-feiras”, conta Jocasta. O time deu tão certo que ganhou nome e logo-

tipo: são conhecidas como “Elas Futebol Clube Cearense”.

INVESTIR NO FUTEBOL COMO ATIVIDADE DE LAZER

No Brasil, ainda de acordo com a PNAD, 123 milhões de pessoas não praticaram nenhum tipo de esporte em 2015 e 91,3 milhões nunca praticaram esportes na vida. Para o

professor Ailton Fernando Santana de Oliveira, da Universidade Federal do Sergipe (UFS), a paixão pelo futebol pode ser uma porta de entrada para incentivar mais gente a se exercitar: “Temos um preceito constitu-

cional que diz que o governo brasileiro precisa fomentar a prática esportiva. E o futebol poderia ser um início

“Times que não têm recursos já cansaram de derrubar os poderosos, mostrando que o que vale é a habilidade no campo” (Kid Mahall)

Fotos

Seja no futebol masculino no “Maracanã das peladas” ou no racha feminino do Ceará, a amizade é mais importante do que o gol. (página ao lado)



Logotipo do Elas Futebol Clube Cearense.

Nem mesmo uma noitada impede os amigos de baterem uma bola nos sábados pela manhã em São Cristóvão, no Rio de Janeiro. (acima)



DEU VONTADE DE JOGAR, MAS NÃO SABE COMO REUNIR OS AMIGOS...

Muitas vezes é difícil encontrar grupos para bater uma bola. Em função disso, estão sendo disponibilizados aplicativos que reúnem times e reservam espaços para os adeptos da paixão nacional. O Apitador (www.apitador.com) é um exemplo dessas iniciativas. Criado em 2016 pelo francês Rodolphe Timsit, o aplicativo gratuito já contabilizou 100 mil downloads. Através dele é possível organizar uma partida de futebol, se inscrever para participar de um jogo, alugar campos e quadras, convidar jogadores, entre outras funcionalidades.

“Em Paris, tinha dificuldade de organizar jogos de futebol entre amigos e não contava com uma plataforma para achar jogadores. Cheguei aqui [Brasil], fiz uma pesquisa de mercado e vi que existia o mesmo problema”, conta Rodolphe. Segundo ele, o Apitador tem dois tipos de usuários. Um que usa o aplicativo como ferramenta de gestão do grupo, convidando amigos para jogar, vendo quem confirmou e avaliando os jogos. Outro usuário é o que busca peladas perto de onde está, caso de pessoas que estão de passagem em uma cidade.

“Você tem organizações de futebol de alto nível, com redes sociais, atividades festivas e cronogramas de atividades no Brasil inteiro. É a auto-organização da sociedade nas suas práticas esportivas” (Ailton de Oliveira)

para o indivíduo adentrar no mundo do esporte”.

O professor defende que jogar futebol é mais fácil e mais barato que muitas outras modalidades esportivas. Para ele, uma política de governo eficiente seria oferecer espaços para a prática do futebol como lazer, os quais não precisam ser megaestruturas que implicariam grandes gastos.

“Ainda há uma hegemonia do pensamento do esporte voltado para o alto rendimento, para a formação do atleta, mas isso é caro e é para poucas pessoas. O investimento no esporte de lazer é barato e para todos. Em vez de construir um estádio de futebol, o agente público pode construir pequenos campos de futebol mais baratos, para que a população possa ter acesso a qualquer momento”, ressalta o professor.

O MARACANÃ DAS PELADAS

Assim é conhecido o espaço localizado no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, que reúne oito campos de futebol. A prefeitura administra e cuida da manutenção da infraestrutura, em parceria com representantes da sociedade civil responsáveis pela reserva dos campos e pela organização das partidas.

Leandro Vasquez, que trabalha com esporte e música, está à frente de um dos grupos que toda semana jogam nesses campos: “Nossa pelada é organizada pelo site www.ativorio.com e é aberta à participação de qualquer pessoa que queira jogar, inclusive gente que vem de outros estados, estrangeiros. Não somos um time fechado. É algo social, para integrar”.

O site foi criado pensando naqueles que querem jogar, mas não têm um grupo. A reserva do campo é gratuita, mas é cobrada uma taxa de R\$ 20,00 para cobrir os custos da organização, como despesas com água, colete numerado e árbitro. “Aqui talvez seja a pelada mais democrática do Rio de Janeiro. Os campos ficam ocupados o tempo todo, até de madrugada você vê gente jogando futebol aqui”, diz Leandro.

FUTEBOL TAMBÉM É SAÚDE

Relaxar ou se divertir foi o principal motivo para praticar esporte, segundo 28,9% dos entrevistados pela PNAD 2015. Melhorar a qualidade de vida ou o bem-estar foi a resposta que veio logo em seguida (26,8%). Mas será que jogar futebol com os amigos traz benefícios para a saúde? O professor Ailton de

Oliveira garante que sim:

“A orientação da organização mundial de saúde é que a gente pratique atividade física pelo menos três vezes por semana. Então, o cidadão que pratica futebol três vezes por semana está cuidando de sua saúde. A prática de futebol tem alto teor de gasto energético, o que atende aos critérios para se ter um estilo de vida ativo”.

A história do servidor público Evandro Louback confirma a opinião do professor. Após ser transferido de Campos, município do interior do estado do Rio de Janeiro, para a capital, ficou um tempo sem jogar futebol. Depois de algumas tentativas, encontrou um site na internet no qual conseguiu se inscrever para participar de um jogo. Desde então, dois anos se passaram, perdeu 15 quilos e encontrou novos amigos.

“A oportunidade [de lazer] que tive na infância foi o futebol, a bola de gude, pipa, o peão, corrida de tampinha. Hoje não é mais assim. Ter mais espaços para se jogar futebol seria um investimento para aliviar a saúde pública, pois teríamos mais pessoas saudáveis que não precisariam usar o sistema de saúde”, avalia Evandro.

Soneca? Que nada!

A melhor forma de relaxar após o almoço é tirar um cochilo. Não é o que pensam os funcionários da Reserva Ecológica do IBGE, em Brasília. Para eles, esse é o momento ideal para se jogar uma pelada. A brincadeira acontece desde a década de 1970, sempre após o almoço, conta Célio Sebastião Braz da Siqueira, técnico do IBGE. Depois, todos voltam para o trabalho com as energias renovadas.

Pelos quatro cantos

Apaixonados por jogar futebol de alguns estados do Brasil nos enviaram vídeos cantando como são suas partidas. Assista na Agência IBGE Notícias (agenciadenoticias.ibge.gov.br).





texto Marcelo Benedicto
foto Licia Rubinstein
infográfico Simone Mello

uma cidade para todos

Historicamente, as cidades brasileiras enfrentam inúmeros problemas, grande parte em decorrência do acelerado crescimento populacional sem o adequado planejamento do espaço urbano. Tal processo prejudica a qualidade de vida dos moradores e contribui para a degradação do meio ambiente. A constatação dessa realidade demonstra que o Brasil ainda está longe de atingir a meta de tornar suas cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, conforme determina o item 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atingir essa meta é uma tarefa que envolve a participação do Estado e de toda a população, unidos em torno de um pensamento comum capaz de ultrapassar as fronteiras municipais, defende Maria Lucia Vilarinhos, geógrafa do IBGE: “A cidade

que queremos é aquela em que a sociedade discute o cotidiano em todos os seus aspectos. Essa cidade é justamente a negação da ideia de as pessoas viverem intramuros, pois estar do lado de dentro dos muros é negar a cidade e dela se isolar”.

Porém, para planejar a cidade ideal é preciso, antes de tudo, conhecer os problemas que afetam as populações que vivem em áreas urbanas ao longo de todo o território nacional, considerando as especificidades de cada região, estado e município – o que pode ser feito por meio da análise de dados estatísticos sobre as cidades, devidamente localizados no espaço.

É o que faz o caderno Cidades Sustentáveis, do Atlas Nacional Digital do Brasil 2017, ao trazer uma série de mapas elaborados à luz das metas do ODS 11. Com base nessa publicação, como podemos avaliar a sustentabilidade de nossas cidades?

De acordo com Claudio Stenner, coordenador de geo-

grafia do IBGE, um ponto de partida é ter como referência que o Brasil, como toda América Latina, sofreu um processo de urbanização relativamente rápido: “Tinha uma concentração de oportunidades nas cidades principais que levou à migração maciça, mas sem uma política habitacional que desse conta de atender a essas pessoas”. Uma das consequências foi a construção de excesso de domicílios em determinadas áreas, que, em geral, se tornaram locais de ocupação ilegal e precária, como as conhecidas favelas.

Tais áreas se caracterizam por ter residências com insuficiência de serviços como esgotamento sanitário e coleta de lixo, sendo muitas delas construídas em locais de risco, como em encostas passíveis de sofrer deslizamentos de terra. No entanto, Stenner ressalta que essas precariedades também estão presentes em outras áreas, como bairros periféricos e municípios de regiões metropolitanas: “A grande cidade ao atrair população também superlota os municípios mais próximos. É um problema urgente do país”.

Caderno Cidades Sustentáveis

É uma seção especial do Atlas Nacional Digital do Brasil 2017 baseada no Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11, que tem metas para melhoria da qualidade de vida nas cidades. O caderno é estruturado em torno de quatro eixos temáticos: urbanização, habitação e mobilidade urbana; ambiente urbano e segurança; planejamento, democratização e participação na sociedade; e cultura e patrimônio. Veja mais: http://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/

Foto

Praça XV, no Rio de Janeiro, exemplo de espaço urbano arborizado

A cidade que queremos é aquela em que a sociedade discute o cotidiano em todos os seus aspectos



OS MUNICÍPIOS PRECISAM REPENSAR A INFRAESTRUTURA URBANA

Cidade verde?

A arborização é um indicador de sustentabilidade que, na Amazônia, revela uma curiosidade: “Um fenômeno que sempre me chamou a atenção é que, na Amazônia, a arborização é pouco presente nas áreas urbanas. Quando circulamos nessas cidades vemos que elas são áridas. Já nas cidades do interior do Nordeste, a arborização é presente, apesar de serem árvores pequenas”, explica Claudio Stenner, do IBGE. Ainda sobre a Amazônia, Adma Hamam, do IBGE, chama a atenção para seu processo de urbanização: “Com a decadência da seringueira e do extrativismo, se criou um vazio no interior da região. Com isso, as pessoas que dependiam dessa produção foram para a periferia das pequenas cidades”.

Aprofundar o levantamento de informações sobre o espaço público é um caminho para que o Brasil melhore o planejamento de suas cidades. Daiane de Paula Ciriaco, geógrafa do IBGE, aponta que não existem dados sobre a disponibilidade e a utilização de locais como praças e parques. Também informa que não há dados sobre destino do lixo, o que, segundo ela, pode levar a erros de interpretação: “Quando olhamos o mapa temos uma doce ilusão porque vemos que 80% do lixo do país é coletado. Mas, para onde ele vai? É reciclado? Somente tiramos o lixo da vista”.

Segundo Cayo Franco, geógrafo do IBGE, questões como a largura de rua (que pode dificultar a realização da coleta de lixo e de outros serviços públicos) e arborização têm impacto direto na qualidade de vida dos moradores. Pavimentação de rua, meio-fio e rede de captação pluvial são variáveis importantes para mostrar o grau de urbanização de uma via pública.

De acordo com Claudio Stenner, há grande deficiência dessas condições nas regiões Norte e Nordeste, mas o problema também está presente em várias áreas do Centro-Sul: “Sem boca de lobo (ralo) em

uma área com muitos moradores o risco de enchente é maior”.

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO

O tempo gasto pela população para ir de casa para o trabalho é outro indicador do nível de sustentabilidade. “Na região metropolitana do Rio de Janeiro, tenho mais de 25% da população demorando mais de uma hora para chegar ao trabalho. Em São Gonçalo (RJ), esse percentual é de 31%”, diz Stenner.

Para ele, esses números mostram que a questão da mobilidade não é algo relacionado somente à engenharia de transportes (redefinição do percurso de linhas de ônibus, por exemplo), mas a aspectos históricos da formação territorial do município: “Se eu tenho uma cidade que é muito segregada, com uma zona comercial ou industrial geradora de empregos e outra onde as pessoas moram, mesmo com um sistema de transporte eficiente, a população vai ter um tempo de deslocamento muito longo”. Por isso, para Maria Lucia Vilarinhos, é preciso garantir trabalho para a população em seu município de residência, reduzindo, assim, a pressão

sobre o sistema de transporte.

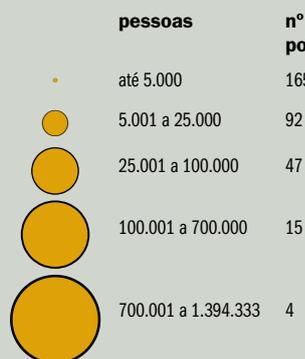
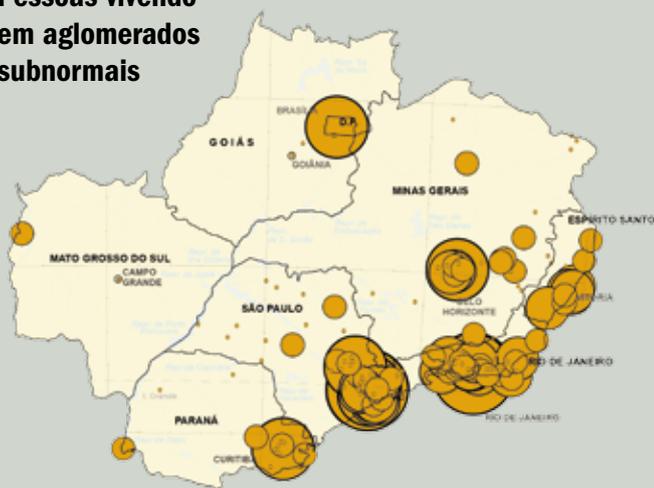
Tem municípios que são verdadeiros dormitórios, ressalta Maria Amélia Vilanova, geógrafa do IBGE, nos quais as pessoas permanecem por poucas horas. “Tem projetos que constroem conjuntos habitacionais no meio do nada, sem acessibilidade, espaço público de convivência, transporte ruim”.

QUAL CIDADE QUEREMOS?

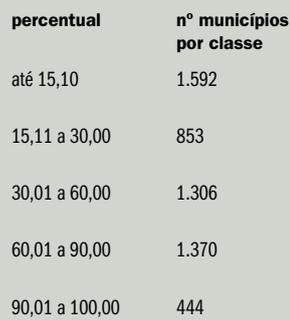
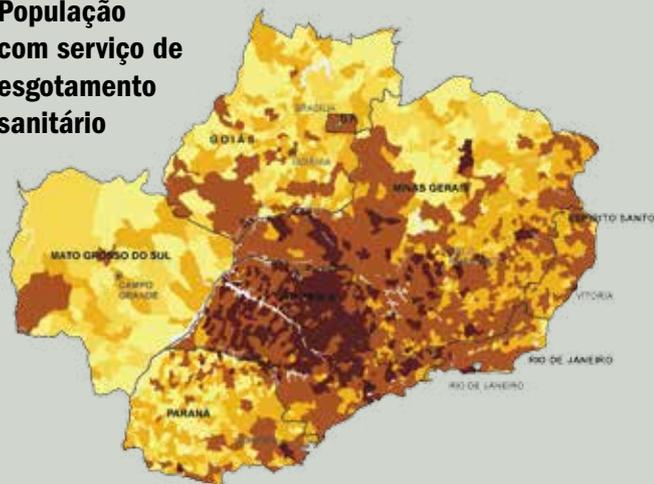
Os indicadores do ODS 11 ajudam a sociedade a refletir sobre qual modelo de cidade deseja. Maria Lucia avalia que curiosamente são as maiores cidades que apresentam, simultaneamente, os melhores e os piores índices de qualidade das moradias. Isso porque em uma área de grande concentração populacional, proporcionalmente, o impacto sobre o urbano é muito maior do que naquelas com menor número de habitantes, que estão mais distribuídos no espaço.

“A gente ainda está muito longe de ter uma cidade sustentável. Os cidadãos precisam pensar e agir sobre a sustentabilidade das cidades. As redes virtuais permitem isso. Caso contrário, vamos esbarrar eternamente nas mesmas limitações que têm essas estruturas”, conclui a geógrafa.

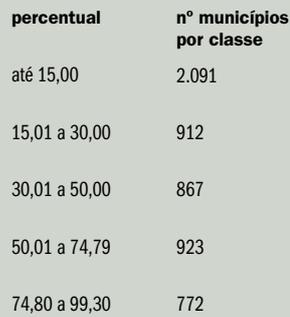
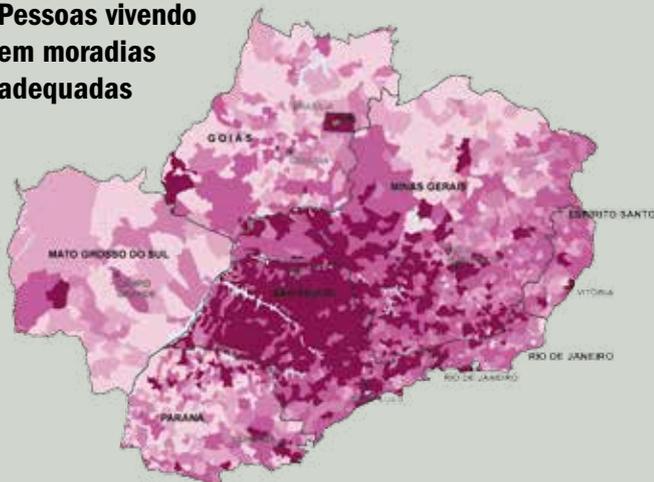
Pessoas vivendo em aglomerados subnormais



População com serviço de esgotamento sanitário



Pessoas vivendo em moradias adequadas



No Centro-Sul do Brasil, bons e maus indicadores convivem lado a lado

Conforme explica a geógrafa Maria Lucia Vilarinhos, são as maiores cidades que apresentam, simultaneamente, os melhores e os piores indicadores de qualidade das moradias.

O motivo é que como nessas localidades há grande concentração populacional, proporcionalmente o impacto sobre o urbano é muito maior do que naquelas com menor número de habitantes.

Os mapas ao lado mostram recortes de parte do território brasileiro nas quais essas questões podem ser visualizadas.

A woman with a warm smile stands in front of a bright yellow building with a corrugated metal roof. She is wearing a vibrant, patterned dress and dark sandals. The building has several yellow pillars supporting the roof. The background shows a dry, sandy landscape with some green trees and a clear blue sky. The title 'e território tradição' is overlaid on the image, with 'e' in red and 'território tradição' in white and brown.

e território tradição

texto Marília Loschi fotos Licia Rubinstein



Os séculos de escravidão são um aspecto triste da história brasileira. Tabu e vergonha, quando se pensa nas dores e humilhações desumanas por que passaram homens e mulheres negros trazidos da África; mas também – por que não? – orgulho quando se evocam as lutas e estratégias de resistência e sobrevivência dos escravos, ex-escravos e descendentes. Histórias transmitidas de geração a geração, como narrativas que dão sentido e identidade.

Povos remanescentes de quilombolas são grupos unidos por esse passado comum, que têm o território como base da reprodução física, social, econômica e cultural de sua coletividade. São reconhecidos na Constituição de 1988 como portadores de direitos territoriais coletivos e fazem parte do conjunto dos povos e comunidades tradicionais.

Na Comunidade Quilombola de Sobara, em Araruama, viveram os ancestrais de Rosiele (sobrinha), Ismael e Maria Vasconcelos

e



D. Uia e D. Eva, filha e mãe, duas gerações de histórias e lutas

**“(...) exiba ao Pai
nossos corações
feridos de angústia
nossas costas
chicoteadas
ontem
no pelourinho da escravidão
hoje
no pelourinho da discriminação
Exu
tu que és o senhor dos
caminhos da libertação do teu povo
sabes daqueles que empunharam
teus ferros em brasa
contra a injustiça e a opressão
Zumbi Luiza Mahin Luiz Gama
Cosme Isidoro João Cândido
sabes que em cada coração de negro
há um quilombo pulsando
em cada barraco
outro palmares crepita
os fogos de Xangô iluminando
nossa luta
atual e passada”**

(trecho do poema “Padê de Exu Libertador”,
de Abdias do Nascimento, do livro
“Axés do sangue e da esperança”)

INVESTIGANDO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Quilombolas, ciganos, povos de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros, são considerados povos ou comunidades tradicionais brasileiros. Desses, o IBGE já trabalha com a categoria de população indígena regularmente em seus Censos Demográficos desde 1991. No Censo 2020, a novidade será a inclusão de perguntas para pessoas que se identifiquem como quilombolas. A metodologia, com base em registros administrativos, poderá servir como referência para investigar outros povos e comunidades tradicionais em breve, abrindo frente para novos retratos dessas populações.

A Revista Retratos acompanhou o trabalho de campo da equipe multidisciplinar do IBGE que esteve nos municípios de Araruama, Armação dos Búzios e Cabo Frio, na Região dos Lagos, Rio de Janeiro, realizando testes do questionário junto a seis comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e registradas no Cadastro Único do Governo Federal, um registro de cobertura nacional que já contempla cerca de 5 mil comunidades quilombolas.

O objetivo do teste foi identificar a melhor pergunta de captura, ou seja, a melhor forma para que uma pessoa que se autodefine como quilombola possa entender, se declarar como quilombola e a partir daí ser aberto o questionário específico para essa população. O teste também foi importante para coletar pontos de GPS e compreender a organização

Fotos

Dois momentos do trabalho de campo: aplicação do teste em quilombo urbano e equipe do IBGE a caminho da comunidade de Sobara



Segundo a Fundação Palmares: “As terras de quilombos são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988”

especial de uma comunidade quilombola para melhor definir as áreas pesquisadas. O trabalho é, portanto, um casamento das áreas de estatística e de geociências, formalizado na criação de um Grupo de Trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais no IBGE.

Fernando Damasco, da Diretoria de Geociências, que desenvolveu a dimensão geográfica do teste, nota que o Decreto 8750, de 2016, cita explicitamente o IBGE e a sua missão de melhorar as pesquisas estatísticas para o segmento de povos e comunidades tradicionais. “Trata-se de uma obrigação legal e intimamente relacionada à nossa missão institucional”, diz o geógrafo.

A inclusão de perguntas sobre quilombolas no questionário do Censo 2020 parte de referências internacionais e da própria experiência dos Censos anteriores, junto a povos indígenas, com as devidas adaptações.

Para o teste, a diferença foi que, além de um pesquisador levantando os dados do questionário, registrando todas as respostas eletronicamente, esteve presente um segundo pesquisador observando a reação dos entrevistados, conforme explica a antropóloga e pesquisadora da Diretoria de Pesquisas do IBGE,

Marta Antunes, que idealizou o experimento: “No caso deste teste, nossa observação estava focada principalmente nos

questos de cor ou raça, identificação étnica quilombola e reconhecimento da existência de uma comunidade quilombola. As pesquisadoras

qualitativas identificavam se era necessário repetir a pergunta e o porquê da repetição, se era necessário apresentar definições, se o informante respondia com dúvida, preocupação, naturalidade, orgulho ou assertividade às perguntas identitárias”, por exemplo.

O trabalho é, portanto, um casamento das áreas de estatística e de geociências

RURAIS OU URBANOS, QUILOMBOS SÃO REFERÊNCIA DE FAMÍLIA E PERTENCIMENTO



D. Landina, ao lado do rodete, participa da reconstrução da casa de farinha do Quintal 3, no Quilombo Maria Joaquina”

“Eu sou quilombola. É uma tradição da minha família”, diz D. Landina Maria Antônio de Oliveira, 62, nascida e criada no quilombo Maria Joaquina, no município de Cabo Frio. “Eu me orgulho de saber que a gente pode resgatar nossa história. Porque foi um povo sofrido, acorrentado”. Mesmo contando de sua vida sacrificada, “criada na enxada, puxando mandioca no rodete na casa de farinha”, trabalhando na roça, D. Landina espalha seu sorriso largo de matriarca, líder do Quintal 3, como é chamado o terreno cujo centro é sua casa, rodeada pela família.

“As comunidade quilombolas são muito organizadas em torno das grandes famílias que são a ancestralidade das comunidades; você tem um papel muito forte das lideranças femininas em todos os quilombos que você visita aqui no Brasil”, explica Marta Antunes. Ela conta que, entre outros fatores, existe muita mobilidade dos homens para fora das terras, principalmente da área rural, para trabalhar e trazer recursos, então as mulheres acabam cuidando da família.

Conheça mais:

O Programa Brasil Quilombola (<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>) reúne um conjunto de políticas públicas para as áreas quilombolas. Entre elas, a Agenda Social Quilombola, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro áreas: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; direitos e cidadania.

Na área rural, as comunidades se arranjam em sítios. Mas o quilombo Maria Joaquina, de área urbana, se organiza em “quintais” como os de D. Landina. Lá também encontramos D. Uia, cuja bisavó veio da África com 17 anos. Aos 76 anos, ela vive com a mãe, D. Eva, de impressionantes 107 anos. Duas contadoras de histórias: da escravidão, com senzala e tronco; dos raptos das negras “pegas no laço”; das feijoadas cozidas no tacho,

servidas com farinha no cocho de madeira, “comia tudo com a mão, homem, mulher”; das sombras no escuro das matas da fazenda; da fome, quando a família perdeu as terras em que havia trabalhado a vida inteira; da festa, em dia de lua cheia, que era catar negamina, corondó, saracutá, no manguezal, “umas coisas que dá debaixo da pedra, tem guaiá, tem siri, a gente pega, junta, faz a comida”, conta D. Uia, e todos nós ficamos com água na boca

“Hoje tem a quadrilha. Capoeira nem pensar. Carnaval também não. Acham que é macumba e vão se afastando” (D. Landina)

só pelo jeito de narrar as delícias que gente da cidade grande nunca viu.

O manguezal ameaçado por grandes empreendimentos imobiliários, as tradições se perdendo pela falta de interesse dos mais jovens ou por resistência de religiões neopentecostais, as histórias vêm com saudades. D. Landina relembra: “Meu tio tinha um carnaval, o Carnaval do Sapê. Meu pai batia o jongo. O sanfoneiro Maurício tocava o forró. Tinha capoeira”. E hoje? “Hoje tem a quadrilha. Capoeira nem pensar. Carnaval também não. Acham que é macumba e vão se afastando”, lamenta.

EM SOBARA, RESGATE DE CULTURA E AUTOESTIMA NA ESCOLA

Na Escola Municipal Pastor Alcebíades Ferreira de Mendonça, as crianças aprendem desde cedo o que é ser quilombola. Localizada em uma área rural do município de Araruama, na Comunidade Quilombola de Sobara, a escola tem uma disciplina chamada Cultura Afro, criada especialmente para integrar a comunidade em torno de suas múltiplas identidades: predominantemente negra, de trabalhadores rurais, com o passado de escravidão e recente abandono das religiões de matriz africana e conversão para o cristianismo.

Para a vice-diretora, Marlúcia Pereira, a escola tem uma abordagem ampla: “Não visa apenas a adequar a escola numa área quilombola, ela trabalha tudo, essa diversidade. A gente aqui trabalha conteúdo, beleza; quando tem festa, procuramos resgatar o que eles produzem: colorau, urucum, a farinha, o beiju, a sola. Isso é valorizar o que eles têm em casa, os alunos se sentem muito valorizados”.

Na disciplina de Cultura Afro, o primeiro semestre é dedicado à leitura e, no segundo, os alunos realizam alguma atividade relacionada ao conteúdo trabalhado. Em 2015, por exemplo, a leitura foi uma obra sobre princesas africanas que cul-



minou no projeto “Princesas africanas da Sobara”, em que as alunas encarnaram os arquétipos de lideranças femininas e fizeram um mural de fotos.

A escola também criou o Hino de Sobara, composto com participação das crianças, e tem uma bandeira (feita pelos alunos e professora de artes), ambos projetos da disciplina Cultura Afro.

Outro projeto é o Batuque Reciclado que, embora tenha começado timidamente, hoje tem grande adesão dos alunos. Rosana Grifo, orientadora pedagógica, conta: “Eles

gostam muito. Houve uma certa resistência no começo, porque a comunidade, apesar de ser remanescente quilombola, é tipicamente evangélica. Por isso que a gente faz um trabalho com muito cuidado e muito respeito para não ter um choque religioso. Tivemos muitas reuniões com os pais pra conscientizar sobre a importância da cultura afro e que não haveria nenhuma doutrinação religiosa, de querer implantar a religião africana na comunidade, mas que é importante os alunos conhecerem as raízes”.

A equipe enxerga a escola

como lugar de orientação e de resgate da autoestima. Os conteúdos de legislação e direitos sempre estão em pauta nas aulas e reuniões de pais. “Não só pela cultura afro mas como cidadão”, explica Rosana. “Os escravos foram uma parte muito importante na história do Brasil, na criação dessa nação. E, além de estarmos numa área quilombola, estamos numa área rural e infelizmente na nossa cultura quem trabalha na roça não tem valor. Mas, se existe a cidade, tem que existir o trabalho no campo”.



O IBGE de Flávia Oliveira

texto Flávia Oliveira
edição Marília Loschi
foto Marta Azevedo

“Mulher negra. Mãe. Brasileira. Carioca. Jornalista. Do samba. Do candomblé”. Assim se define Flávia Oliveira em seu perfil nas redes sociais. É jornalista, comentarista, apresentadora, com passagens nos maiores veículos de comunicação do país, mas não esquece de dizer que é quilombola. E também ibgeana, com uma relação de longa data com a instituição. Foi nas redes sociais que ela publicou um texto emocionante, na ocasião da morte do sambista Almir Guineto, em que puxava da memória seus tempos de estagiária do IBGE:

“Eu tinha 16 ou 17 anos. Era estagiária do Departamento de Economia do IBGE, em Mangueira. Sim, crianças, era 1986 e eu trabalhei por seis meses naquele conjunto de dois blocos. Hoje um esqueleto vizinho à quadra da Estação Primeira, transformado em residência de dezenas de famílias. No segundo grau, hoje ensino médio, eu estudei estatística. Para obter o diploma de técnico, tínhamos de cumprir certa carga horária de estágio. No último ano do curso, nos tornávamos todos estagiários do IBGE, posto que éramos alunos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).” Flávia lembra quando, num dia qualquer, tocava no rádio a música “Mel na boca”, de Almir Guineto:

“Dos nomes não me lembro. Mas lembro de um funcionário aumentando o som. Lembro de outra colega tirando as cadeiras do caminho. Lembro que eles começaram a dançar. E o salão do Departamento de Economia do IBGE, tomado por pilhas de formulários do censo, virou gafeira. Em Mangueira. No Rio de Janeiro, Brasil. Porque samba é terreiro. Almir Guineto é divindade. E deuses são eternos.”



A notícia de quem produz a informação



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem a sua própria agência de notícias. Digite agenciadenoticias.ibge.gov.br e acesse um mundo de informações em diferentes formatos: releases e vídeo-releases; notícias; infográficos; banco de imagens; vídeo-reportagens; pequenos documentários e reportagens. A Agência IBGE Notícias também produz mensalmente a revista Retratos e gera conteúdo jornalístico nos perfis do IBGE nas redes sociais. Muitas mídias, diversos formatos e um só objetivo: informação para a cidadania.

agenciadenoticias.ibge.gov.br



www.ibge.gov.br 0800-721-8181



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

